

VAL, Maria da Graça C. Redação e Textualidade.  
São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 3-39.  
(19 folhas)

## CAPÍTULO 1

### TEXTO E TEXTUALIDADE

#### 1. O que é texto

Para se compreender melhor o fenômeno da produção de textos escritos, importa entender previamente o que caracteriza o texto, escrito ou oral, unidade lingüística comunicativa básica, já que o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos.

Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.

Antes de mais nada, um texto é uma unidade de linguagem em uso<sup>2</sup>, cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação

sociocomunicativa<sup>3</sup>. Tem papel determinante em sua produção e recepção uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido e possibilitam que seja reconhecido como um emprego normal da língua<sup>4</sup>. São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as intenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso<sup>5</sup>; e o espaço de perceptibilidade visual e acústica comum, na comunicação face a face. Desse modo, o que é pertinente numa situação pode não o ser em outra. O contexto sociocultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa (uma certa "etiqueta" sociocomunicativa, que determina a variação de registros, de tom de voz, de postura, etc.<sup>6</sup>).

A segunda propriedade básica do texto é o fato de ele constituir uma unidade semântica. Uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida pelo receptor como um todo significativo. A coerência, fator responsável pelo sentido do texto, será estudada no próximo item.

Finalmente, o texto se caracteriza por sua unidade formal, material. Seus constituintes lingüísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados, de modo a permitir que ele seja percebido como um todo coeso.

De acordo com o conceito adotado, um texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos<sup>7</sup>:

- a) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa;
- b) o semântico-conceitual, de que depende sua coerência;
- c) o formal, que diz respeito à sua coesão.

## 2. O que é textualidade

Chama-se *textualidade* ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases. Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo.

### 2.1. Coerência e coesão

A *coerência* resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimentos entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando

apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor. Essa questão é fundamental. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vem explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do receptor.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual — o mundo textual — e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

A *coesão* é a manifestação lingüística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as conjunções, por exemplo. Todos esses recursos expressam relações não só entre os elementos no interior de uma frase, mas também entre frases e seqüências de frases dentro de um texto.

Já a coesão lexical se faz pela reiteração, pela substituição e pela associação. A reiteração se

dá pela simples repetição de um item léxico e também por processos como a nominalização (ex.: a retomada, através de um substantivo cognato, da idéia expressa por um verbo, como em adiar/adiamento ou promover/promoção). A substituição inclui a sinonímia, a antonímia, a hiponímia (quando o termo substituído representa uma parte ou um elemento e o substituidor representa o todo ou a classe — ex.: carroça/veículo), e a hiperonímia (quando o termo substituído representa o todo ou a classe e o substituidor uma parte ou um elemento — ex.: objeto/caneta). Finalmente, a associação é o processo que permite relacionar itens do vocabulário pertinentes a um mesmo esquema cognitivo (por exemplo, se falamos *aniversário*, podemos em seguida mencionar *bolo*, *velinha*, *presentes*, e esses termos serão interpretados como alusivos ao mesmo evento).

A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade textual*<sup>8</sup>. A coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano lingüístico. É importante registrar que o *nexo* é indispensável para que uma seqüência de frases possa ser reconhecida como texto. Entretanto, esse *nexo* nem sempre precisa estar explícito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. Vejamos um exemplo:

- (1) O Pedro vai buscar as bebidas. A Sandra tem que ficar com os meninos. A Tereza arruma a casa. Hoje eu vou precisar da ajuda de todo mundo.

Uma fala como (1) é perfeitamente aceitável, tem coerência, faz sentido. Entretanto não apresenta marcadores sintáticos específicos que denotem sua coesão. O nexa entre as frases se constrói não no nível gramatical, mas no nível semântico-cognitivo.

Por outro lado, uma seqüência de frases interligadas por marcadores lingüísticos de coesão que não correspondessem a relações efetivas estabelecidas na estrutura lógico-semântico-cognitiva subjacente não seria um texto. É possível forjar artificialmente um exemplo para ilustrar (normalmente, a competência textual intuitiva impede que as pessoas produzam seqüências desse tipo):

(2) No rádio toca um rock. O rock é um ritmo moderno. O coração também tem ritmo. Ele é um músculo oco composto de duas aurículas e dois ventrículos.

Em (2), a presença de recursos coesivos interfrasais (a recorrência de item lexical assinalada por artigo definido, o articulador *também* e o pronome anafórico *ele*) não é suficiente para garantir textualidade à seqüência, já que ela não funciona como um todo significativo coerente.

Entretanto, é inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que fornecem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permi-

tem a explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita.

Nas seqüências (3) e (4) abaixo, por exemplo, o nexa é facilmente recobrável pelo leitor, embora não manifesto na superfície:

(3) A máquina parou. Está faltando energia elétrica.

(4) Choveu. O chão está molhado.

O mesmo não acontece, porém, com as frases de (5a) a (5f). Nesses casos, se a relação pretendida não vier expressa, o receptor poderá atribuir ao enunciado sentido diferente do que o autor queria, sobretudo se, não se tratando de produção oral, não for possível depreender as intenções do produtor através da entonação. Veja-se:

(5a) Paulo saiu. João chegou.

(5b) Paulo saiu assim que João chegou.

(5c) Paulo saiu, mas João chegou.

(5d) Paulo saiu, porque João chegou.

(5e) Paulo saiu, apesar de João ter chegado.

(5f) Se Paulo saiu, João deve ter chegado.

Casos similares a (3) e (4) foram estudados por Isenberg (1968), que os interpretou como possibilidades de "textualização" entre frases assintéticas. O primeiro exemplifica a textualização por "conexão causal" (a máquina parou porque está faltando energia elétrica) e o segundo, por "interpretação diagnóstica" (pode-se verificar que choveu pelo fato de o chão estar molhado).

Ao contrário, os exemplos (5b-f), inspirados em Garcia (1977: 18-20, 262-264), não podem dispensar a conjunção, porque o nexos conceitual entre as informações é, digamos, mais frouxo e, portanto, de processamento não imediato. Há diferentes possibilidades de articulação e, por isso, a opção por uma delas precisa ser explícita.

Além disso, os recursos coesivos, quando presentes, devem obedecer a padrões prévios, caso contrário seu emprego será percebido como "infração textual"<sup>9</sup>, tornando "irregular" a seqüência em que ocorrem. Alguns dos princípios que orientam o emprego desses recursos serão lembrados mais adiante.

Resumindo o que foi dito, o fundamental para a textualidade é a relação coerente entre as idéias. A explicitação dessa relação através de recursos coesivos é útil, mas nem sempre obrigatória. Entretanto, uma vez presentes, esses recursos devem ser usados de acordo com regras específicas, sob pena de reduzir a aceitabilidade do texto.

## 2.2. Os fatores pragmáticos da textualidade

Entre os cinco fatores pragmáticos estudados por Beaugrande e Dressler (1983), os dois primeiros se referem aos protagonistas do ato de comunicação: a *intencionalidade* e a *aceitabilidade*.

A *intencionalidade* concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou

alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto.

Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso, elemento da maior importância no jogo de atuação comunicativa.

O outro lado da moeda é a *aceitabilidade*, que concerne à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Grice (1975, 1978)<sup>10</sup> estabelece máximas conversacionais, que seriam estratégias normalmente adotadas pelos produtores para alcançar a aceitabilidade do receptor. Tais estratégias se referem à necessidade de cooperação (no sentido de o produtor responder aos interesses de seu interlocutor) e à qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), pertinência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apresentadas (precisão, clareza, ordenação, concisão, etc).

Mas é possível que, deliberadamente, o produtor queira apresentar um texto que desrespeite alguma(s) dessas máximas. Tal intenção, reconhecida pelo receptor, ganhará função significativa e resultará em efeito de sentido importante no jogo interativo. É o que Grice chama de "implicatura conversacional": o receptor prefere supor que a infração aos princípios conversacionais seja intencional e tenha alguma significação do que simplesmente aceitar que seu interlocutor possa produzir um discurso impertinente e sem sentido.

Charolles (1978:38) afirma que, em geral, o receptor dá um "crédito de coerência" ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, recobrando lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo conhecimento de que dispõe.

Assim, a comunicação se efetiva quando se estabelece um contrato de cooperação entre os interlocutores, de tal modo que as eventuais falhas do produtor são percebidas como significativas (às vezes, o sentido do texto está na sua aparente falta de sentido — cf. a piada), ou são cobertas pela tolerância do receptor. A margem de tolerância é tanto maior quanto mais conhecido é o assunto e mais informal é a situação. O produtor sabe da existência dessa tolerabilidade e conta com ela, assim como conta a capacidade de pressuposição e inferência do receptor. Essa "cumplicidade" do receptor para com o texto é que possibilita que a produção não seja tarefa excessivamente difícil e tensa e, assim, viabiliza o jogo comunicativo.

O terceiro fator de textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1983), é a situacionalidade, que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa.

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa. Servem de exemplo as inscrições lacô-

nicas das placas de trânsito, mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo ou persuasivo que os motoristas sequer tivessem tempo de ler.

A conjugação dos três fatores já mencionados resulta numa série de conseqüências para a prática comunicativa.

Em primeiro lugar, é importante para o produtor saber com que conhecimentos do receptor ele pode contar e que, portanto, não precisa explicitar no seu discurso. Esses conhecimentos podem advir do contexto imediato ou podem preexistir ao ato comunicativo. Assim, uma informação aparentemente absurda como o exemplo a seguir, extraído de Elias (1981: 45), fará sentido para quem souber que Maria sofre de problemas gástricos de fundo nervoso e que passa mal sempre que come tensa, preocupada com o horário:

(6) Maria teve uma indigestão embora o relógio estivesse estragado.

Daí vem a noção de *coerência pragmática*, ou seja, a necessidade de o texto ser reconhecido pelo receptor como um emprego normal da linguagem num determinado contexto.

Outra conseqüência da conjugação desses três fatores de textualidade é a existência dos diversos tipos de discurso. A praxe acaba por estabelecer que, numa dada circunstância, tendo-se em mente determinada intenção ilocucional, deve-se compor o texto dessa ou daquela maneira. Assim, há convenções que regem o funcionamento da linguagem na interação social e que determinam, especificamente, qual o tipo particu-

lar de discurso adequado a cada ato comunicativo. Essa questão é da maior importância para quem trabalha com o ensino de redação, pois vem daí o fato de que a textualidade de cada tipo de discurso envolve elementos diferentes. O que é qualidade num texto argumentativo formal poderá ser defeito num poema, ou numa estória de suspense, ou numa conversa de botequim, por exemplo.

O interesse do receptor pelo texto vai depender do grau de *informatividade* de que o último é portador. Esse é mais um fator de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo receptor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade.

Para mim, o texto com bom índice de informatividade precisa ainda atender a outro requisito: a suficiência de dados. Isso significa que o texto tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende. Não é possível nem desejável que o discurso explicita todas as

informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o receptor não conseguirá chegar sozinho.

Beaugrande e Dressler (1983) falam ainda de um outro componente de textualidade: a intertextualidade, que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outro(s) texto(s). De fato, "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas contrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição"<sup>11</sup>. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

Há aqui uma questão interessante que não é mencionada pelos autores. É que o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconscientemente, é o discurso anônimo do senso comum, da voz geral corrente. Assim, avaliar a intertextualidade, em sentido lato, pode significar analisar a presença dessa fala subliminar, de todos e de ninguém, nos textos estudados<sup>12</sup>. Por outro lado, como esse discurso é de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade. Foi essa a minha opção na análise de redações que apresento adiante.

Relacionando os conceitos de texto e textualidade, poder-se-ia dizer, em princípio, que a unidade textual se constrói, no aspecto *sociocomunicativo*, através dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade); no aspecto *semântico*, através da coerência; e, no aspecto *formal*, através da coesão.

É possível, no entanto, repensar esse arranjo, se se considerar que a informatividade e a intertextualidade dizem respeito, também, à matéria conceitual do discurso, na medida em que lidam com conhecimentos partilhados pelos interlocutores. Ao mesmo tempo que contribuem para a eficiência pragmática do texto, conferindo-lhe interesse e relevância, esses dois fatores também se colocam como constitutivos da unidade lógico-semântico-cognitiva do discurso, ao lado da coerência. Assim, poder-se-ia situá-los a cavaleiro, parte no plano sociocomunicativo, parte no plano semântico-conceitual. Foi dessa maneira que os considerei neste trabalho.

## CAPÍTULO 2

### COMO AVALIAR A TEXTUALIDADE?

#### 1. Questões preliminares

Um dos pontos-chave da lingüística textual é a discussão sobre o que faz de um texto um texto, isto é, em que consiste a essência de um texto, que propriedade distingue textos de não-textos. A essa discussão grande número de estudos recentes responde apontando a coerência como fator fundamental da textualidade e, em função dessa resposta, tenta esclarecer o que é e de que é feita a coerência de um texto. A conceitualização teórica, que busca estabelecer em que nível se situa e com que elementos lida a coerência, se mostra, muitas vezes, fruto da análise empírica, empenhada em descobrir que características usualmente apresentam os textos coerentes. Es-

sas características são chamadas por alguns de condições ou requisitos de coerência, porque, se um texto coerente tem qualidades específicas que o distinguem dos incoerentes, pode-se afirmar que, para ser coerente, um texto precisa apresentar tais qualidades. Assim, a observação empírica possibilita a descrição, que, por sua vez, permite a formulação de critérios para a análise textual.

Neste trabalho, tomo como ponto de partida a descrição fornecida por estudiosos da questão e utilizo como instrumento critérios de avaliação que considere adequados ao modelo teórico adotado. Para avaliar a coerência e a coesão das redações do *corpus*, tomei como base as chamadas "meta-regras" formuladas por Charolles (1978) e, para os demais fatores de textualidade, orientei-me pelo que propõem Beaugrande e Dressler (1983).

Antes de apresentar e discutir os critérios de avaliação adotados, é preciso deixar claros alguns pontos.

Primeiro quero registrar que a intenção aqui não é, de maneira alguma, prescritiva. Não se está aqui fornecendo mais uma receita, ou uma nova lista de *macetes*, à qual as redações escolares devam se conformar para obter boas notas e se aproximar do modelo que garante aprovação no vestibular. O que se pretende é, a partir de um quadro de características identificadas em textos que "funcionam", construir um quadro adequado para balizar a avaliação do funcionamento de outros textos.

Em segundo lugar, quero delimitar a aplicabilidade dos critérios a serem adotados. Confor-

me acertadamente observa Widdowson (1981: 56), a aceitabilidade de um texto se prende à sua identificação como "um emprego normal da língua". Ora, em situações diferentes, são diferentes as expectativas quanto ao que seja "normal" e aceitável. Assim, os critérios aplicáveis ao *corpus* desta pesquisa podem não ser adequados para o julgamento da textualidade de discursos de outro tipo e construídos com outros objetivos. Os textos por mim analisados, por exigência da natureza e do programa do concurso vestibular, se revestem de peculiaridades que não se podem deixar de levar em conta: são textos escritos, formais, de função referencial dominante, compostos de introdução, desenvolvimento e conclusão, através dos quais os candidatos buscam demonstrar sua habilidade de expor idéias e argumentar em torno de determinado problema. Os requisitos a que esse tipo específico de texto deve responder para angariar aceitabilidade são certamente impraticáveis para uma conversa descontraída, um poema ou um romance, por exemplo.

Resta ainda uma observação a fazer, quanto à organização dada ao grupo de fatores levados em conta no julgamento das redações. Como todas elas foram produzidas sob as mesmas condições (o vestibular) e não me era possível ter acesso a cada produtor individualmente, examinei em bloco a interferência dos fatores pragmáticos em sua textualidade. Quero dizer: a *intencionalidade*, a *aceitabilidade* e a *situacionalidade* não foram analisadas em cada redação particular; foi feita uma análise desses três fatores para o conjunto das redações. Por outro lado, ampliei o con-

ceito de *informatividade*, de modo a incluir nele a *suficiência de dados* e a *intertextualidade* (já que os textos requeridos para a interpretação do texto "X" constituem informações prévias necessárias ao texto "X"). Assim, entendendo a informatividade, bem como a coerência e a coesão como fatores centrados no texto, concernentes a elementos constitutivos do texto, avaliei a presença e o funcionamento desses três componentes da textualidade em cada redação do *corpus*.

## 2. Critérios para a análise da coerência e da coesão

Entendida a *coerência* como a configuração conceitual subjacente e responsável pelo sentido do texto, e a *coesão* como sua expressão no plano lingüístico, é preciso esmiuçar essas noções, para perceber de que são feitos esses fatores e como se apresentam ou deixam de se apresentar em produções lingüísticas reais tais como as redações dos alunos na escola.

É interessante a proposta do lingüista francês Charolles (1978), porque parte exatamente da análise de redações de estudantes da escola elementar e do ensino médio. Nessa tentativa de explicitar o sistema implícito de regras referentes à composição e à interpretação de textos, que constitui a competência textual presente em todo falante, o autor se vale também das intervenções feitas pelos professores, de modo a perceber o fenômeno em seus dois momentos fundamentais — a produção e a recepção.

Para Charolles (1978), um texto coerente e coeso satisfaz a quatro requisitos: a repetição, a progressão, a não-contradição e a relação. Vou chamá-los, aqui, de *continuidade*, *progressão*, *não-contradição* e *articulação*.

### 2.1. A continuidade

A continuidade diz respeito à necessária retomada de elementos no decorrer do discurso. Tem a ver com sua unidade, pois um dos fatores que fazem com que se perceba um texto como um todo único é a permanência, em seu desenvolvimento, de elementos constantes. Uma seqüência que trate a cada passo de um assunto diferente certamente não será aceita como texto.

Quanto à coerência, esse requisito se manifesta pela retomada de conceitos, de idéias. Quanto à coesão, pelo emprego de recursos lingüísticos específicos, tais como a repetição de palavras, o uso de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para determinar entidades já mencionadas, o uso de pronomes anafóricos e de outros termos vicários (como os pró-verbos *ser* e *fazer* e os pró-advérbios *lá*, *ali*, *então*, etc.), a elipse de termos facilmente recobráveis, entre outros mecanismos.

O emprego desses mecanismos de coesão obedece a regras específicas, como já disse. Por exemplo, os pronomes anafóricos devem concordar em gênero e número com o termo que substituem. Assim, uma seqüência como a que se segue conterà uma infração textual, se ocorrer em

discurso escrito formal, em cuja recepção a expectativa é de respeito ao dialeto padrão:

- (7) *O menor abandonado* preocupa a população das grandes cidades porque a marginalidade acaba os levando ao crime.

Outra exigência cabível quanto a esse tipo de discurso é que só podem recobrar por pronome elementos expressos na superfície textual. O aluno autor da frase abaixo infringiu essa exigência ao preferir a expressão "*reação humana*" a "*reação do homem*", porque sua opção acabou deixando sem antecedente expresso o pronome que vem em seguida:

- (8) Pode-se definir conhecimento como a reação humana ao meio que o cerca.

Um caso muito freqüente de "*desvio de coesão*", no dizer de Elias (1981: 59-60), é aquele em que o emprego do pronome anafórico cria ambigüidade, porque há mais de um termo que pode lhe servir de antecedente. A seqüência abaixo exemplifica o problema:

- (9) *Ana* estava conversando com *Teresa* e *Rosa* chegou. Aí *ela* contou que está namorando *João*.

Assim, avaliar a continuidade de um texto é verificar, *no plano conceitual*, se há elementos que percorrem todo o seu desenvolvimento, conferindo-lhe unidade; e, *no plano lingüístico*,

se esses elementos são retomados convenientemente pelos recursos adequados. Não cabe aqui fazer o levantamento e a descrição de todas as regras que governam o emprego desses recursos, mas posso afirmar que elas fazem parte da gramática intuitiva de todo falante, que é capaz não só de empregá-los naturalmente como de reconhecer as eventuais falhas no seu uso (tendo em vista, é claro, as contingências pragmáticas da atuação comunicativa).

Na análise das redações do *corpus*, considerei a *continuidade* requisito da *coerência* e observei se os recursos lingüísticos que servem à expressão desse requisito foram empregados de modo a favorecer a *coesão* textual.

## 2.2. A progressão

Para Charolles (1978), a *progressão*, contrapartida da repetição ou continuidade, é a segunda condição de coerência e coesão. O texto deve retomar seus elementos conceituais e formais, mas não pode se limitar a essa repetição. É preciso que apresente novas informações a propósito dos elementos retomados. São esses acréscimos semânticos que fazem o sentido do texto progredir e que, afinal, o justificam.

No plano da *coerência*, percebe-se a progressão pela soma de idéias novas às que já vinham sendo tratadas. No plano da *coesão*, a língua dispõe de mecanismos especiais para manifestar as relações entre o *dado* e o *novo*<sup>13</sup>. Por exemplo, o *dado*, que costuma coincidir com o *tópico*, em

geral é retomado anaforicamente e aparece no início de frases ou mesmo parágrafos ou seqüências de frases. Já a *informação nova* com freqüência se expressa pelo *comentário* e figura no final das frases. A progressão pode se fazer pelo acréscimo de novos comentários a um mesmo tópico, ou pela transformação dos comentários em novos tópicos. A mudança de tópico deve se apresentar inequívoca para o receptor, sob pena de causar dificuldades de compreensão, visto que a tendência mais comum é interpretar as anáforas de uma passagem como referentes ao tópico dessa passagem. O texto que não deixa claro, a cada passo, de que está tratando pode levar o receptor a um processamento indevido que, na melhor das hipóteses, precisará ser refeito. Há, no português, construções, palavras e locuções que servem para destacar de maneira especial o tópico de uma passagem, colocando-o em posição de foco: *quanto a, a respeito de, no que se refere a; ser Sn que X, é que, até, mesmo, o próprio*, etc.

A progressão foi considerada como condição de *coerência* na análise das redações. Paralelamente, foi observado se essa condição foi bem expressa, através dos recursos disponíveis no português, de maneira a dar ao texto mais *coesão*.

### 2.3. A não-contradição

O terceiro requisito proposto por Charolles (1978) é o da não-contradição, que deve ser observado tanto no âmbito interno quanto no

âmbito das relações do texto com o mundo a que se refere.

Para ser internamente coerente, o texto precisa, em primeiro lugar, respeitar princípios lógicos elementares. Não pode, por exemplo, afirmar *A* e o contrário de *A*. Suas ocorrências não podem se contradizer, têm que ser compatíveis entre si, não só no que trazem explícito como também no que delas se pode concluir por suposição ou inferência.

Por outro lado, para ser coerente, o texto não pode contradizer o mundo a que se refere. O mundo textual tem que ser compatível com o mundo que o texto representa. Assim, um discurso referente ao mundo real não pode deixar de considerar algumas pressuposições básicas que integram a maneira comum de pensar esse mundo e que subjazem à comunicação textual: as causas têm efeitos; os objetos têm identidade, peso e massa; dois corpos não podem ocupar, ao mesmo tempo, o mesmo lugar no espaço, etc.

A exigência de não-contradição se aplica não só ao plano conceitual (da coerência), mas também ao plano da expressão (da coesão). Por exemplo, através do emprego dos tempos e aspectos verbais, o texto instaura um sistema próprio de situação dos fatos a que alude, tomando por referência o momento da comunicação ou um momento determinado pelo texto mesmo. A modalidade é outro elemento do sistema de funcionamento discursivo. Trata-se da atitude do produtor tanto em relação ao conteúdo proposicional e ao valor de verdade de seu enunciado quanto em relação ao próprio receptor. Essa atitude se

manifesta lingüísticamente pelo emprego dos modos verbais e de itens específicos, como os verbos modais, alguns advérbios (*talvez, certamente*) e os chamados verbos ilocutórios (*achar, aceitar, considerar, admitir, exigir, deplorar, declarar, negar, etc.*). As contradições relativas a esses dois elementos do que Charolles (1978: 23) chama "regime enunciativo", a menos que intencionais e visando a efeitos estilísticos, podem causar embaraço ou estranheza ao receptor.

A configuração do mundo textual pode se expressar lingüísticamente através do emprego de verbos, expressões e construções "criadores de mundo", no dizer de Charolles (1978: 28): *sonhar, imaginar, pensar, acreditar, gostar (no condicional, gostaria que); no caso de, na hipótese de; seja..., faz de conta que, era uma vez, etc.* A não ser que objetivando efeitos intencionais específicos, o emprego contraditório desses recursos também pode acarretar distúrbios à interpretação do discurso, na medida em que contraria as expectativas do receptor.

Um problema concernente à exigência da não-contradição, ao qual Charolles (1978) não faz referência, consiste no que eu chamei de *constradição léxico-semântica*. Trata-se de inadequação muito freqüente nas redações escolares e que diz respeito ao uso do vocabulário: muitas vezes o significado empregado não condiz com o significado pretendido ou cabível no texto. Tal *constradição* resulta do desconhecimento, por parte do usuário, do vocábulo a que recorreu. Um exemplo elucidativo é o de um vestibulando que reclamava, em sua redação, contra "o *desvelo* das auto-

ridades pelo menor abandonado". Casos desse tipo situam-se, a meu ver, na região limítrofe entre a *coesão* e a *coerência*, porque, embora se manifestem no nível da expressão, concernem à veiculação de conceitos e têm implicações sobre a estrutura lógico-semântica do texto.

Nas redações do *corpus*, a *não-contradição interna e externa* foi tomada como condição de *coerência*. Quanto à *coesão*, foi verificado se os recursos lingüísticos empregados serviram ao bom funcionamento discursivo, tornando o *todo* textual livre de *contradição*.

#### 2.4. A articulação

O quarto e último requisito de *coerência* proposto por Charolles (1978) é a *relação*, que eu chamo aqui de *articulação*. O autor, considerando vago o termo *relação*, procura delimitá-lo, rebatizando-o de *congruência* e estabelecendo que dois fatos serão congruentes quando um *for* uma *causa, condição* ou *conseqüência* pertinente do outro.

Neste trabalho, o termo *articulação* não cobrirá apenas essas três relações. Com ele estarei me referindo à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros, que valores assumem uns em relação aos outros. Avaliar a *articulação* das idéias de um texto, para mim, significa verificar se elas têm a ver umas com as outras e que tipo específico de relação se estabelece entre elas (além das re-

lações de continuidade, progressão e não-contradição, já cobertas pelas outras condições de coerência). São dois aspectos a serem verificados: a *presença* e a *pertinência* das relações entre os fatos e conceitos apresentados. O texto pode apresentar fatos e conceitos relacionáveis sem estabelecer ligações entre eles, ou pode estabelecer relações não pertinentes entre os fatos e conceitos que denota (porque não são relacionáveis, ou porque se relacionam de outro modo).

Essas relações, como vimos, não precisam ser necessariamente explicitadas por mecanismos lingüísticos formais. Podem perfeitamente se estabelecer apenas no plano lógico-semântico-conceitual (o da coerência). Entretanto, há recursos específicos para sua expressão formal, no plano da coesão. Entre eles podem-se mencionar os mecanismos de junção (tradicionalmente chamados de conjunção), os articuladores lógicos do discurso (expressões como *por exemplo, dessa forma, por outro lado*, etc.) e os recursos lingüísticos que permitem estabelecer relações temporais entre os elementos do texto (a ordem linear de apresentação desses elementos, as conjunções temporais, alguns advérbios e expressões de valor adverbial, os numerais ordinais e alguns adjetivos, como *anterior, posterior, subsequente*).

Na análise das redações foram avaliadas a presença e a pertinência da articulação como condição de *coesão* e foi observado se, quando necessários, os mecanismos lingüísticos que explicitam as relações entre os elementos textuais estavam presentes e foram adequadamente empregados, contribuindo para a *coesão* do discurso.

## 2.5. Para encerrar

Aceita a proposta de Charolles (1978) — com a ressalva feita quanto à sua não-universalidade —, avaliar a coerência de um texto denotativo, escrito e formal, será verificar se, no plano lógico-semântico-cognitivo, ele tem continuidade e progressão, não se contradiz nem contradiz o mundo a que se refere e apresenta os fatos e conceitos a que alude relacionados de acordo com as relações geralmente reconhecidas entre eles no mundo referido no texto. Avaliar a coesão será verificar se os mecanismos lingüísticos utilizados no texto servem à manifestação da continuidade, da progressão, da não-contradição e da articulação.

Dado o grande número de marcadores lingüísticos de coesão e dada a tremenda complexidade que envolveria a tarefa de formular restrições pertinentes e exaustivas com relação ao emprego de cada um, meu julgamento das redações, sobretudo neste particular, vai se basear na intuição e no bom senso. Será considerada infração textual a ocorrência que acarretar embaraços à leitura, tendo em mente as expectativas resultantes do tipo de texto analisado.

A esse propósito, é bom lembrar o papel determinante dos fatores pragmáticos na comunicação efetiva. O contexto e a imagem do interlocutor podem autorizar lacunas na configuração textual não possíveis noutras circunstâncias. É relevante o fato de o produtor contar com os conhecimentos prévios do recebedor e com sua capacidade de pressuposição e inferência.

Daí advém uma conseqüência importante para o trabalho com redação na escola. São freqüentes, por exemplo, os casos de aparente incoerência resultante da não-explicitação de fatos ou de relações entre fatos do mundo representado no texto. Se o professor consegue reconhecer esse mundo e refazer os elos ausentes, percebe o sentido do texto e pode apontar ao aluno o problema e a forma de saná-lo. Esse tipo de intervenção, deve ficar claro, não obedece a imperativos cognitivos, uma vez que o sentido do texto foi captado, mas obedece ao que Charolles (1978: 37) chama de "*razões de deontologia discursiva superior*". Em outras palavras, o que funcionaria na comunicação real é vetado na redação escolar em virtude da preocupação do professor de ensinar a redigir.

Charolles (1978: 37) tem essa preocupação como legítima e a justifica pelo fato de o professor considerar que nem todo leitor será capaz de realizar a mesma operação por ele efetuada para recuperar o sentido do texto e julgar-se, então, na obrigação de apontar o problema ao aluno, por entender que todo discurso, se não for imediatamente coerente e coeso, deve, pelo menos, ter o sentido facilmente recobrável por qualquer recebedor. Para mim, tal atitude será pertinente se explicitada pelo professor e se levar em conta, também, o tipo textual e as intenções do aluno produtor do texto.

### 3. Critérios para a análise da informatividade

A informatividade é entendida pelos estudiosos como a capacidade do texto de acrescentar ao

## NOTAS

1. Este livro é o resumo de dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFMG para obtenção do grau de mestre em Língua Portuguesa.
2. Cf. Halliday e Hasan (1978: 1-2).
3. O conceito de texto aqui formulado segue, em linhas gerais, o pensamento de Schmidt (1978: 163-187).
4. Cf. Widdowson (1981: 56).
5. Cf. Pêcheux (1969: 16-23).
6. Cf. Gnerre (1985: 22).
7. Cf. Schmidt (1978: 60).
8. Cf. Mira Mateus et alii (1983: 186).
9. Cf. Lang (1973) apud Conte (1977: 104-105).
10. Apud Beaugrande e Dressler (1983: 118-123).
11. Maingueneau (1976: 39), apud Koch (1986: 40).
12. Para maior aprofundamento, ver Koch (1986) e Guimarães (1986).
13. Para maior aprofundamento, ver Liberato (1980).
14. A transcrição é integral e *ipsis litteris*. As redações são identificadas pela numeração, de 1 a 100.
15. Seria particularmente interessante um estudo da intertextualidade nesta redação.
16. A propósito, ver Lemos (1977).
17. A propósito, ver Almeida (1986).